

COMBATES PÚBLICOS E OS HISTORIADORES: DO PROFISSIONAL AOS DIÁLOGOS PÚBLICOS DA HISTÓRIA

PUBLIC COMBAT AND THE HISTORIANS: FROM THE PROFESSIONAL TO THE PUBLIC DIALOGUES OF HISTORY.

Daniel Ferreira da Silva¹
Pedro Henrique Perassi de Oliveira²

RESUMO: Com o grande uso das mídias sociais na difusão de informação, podemos compreender que a história em seu sentido amplo está presente neste debate. Os combates públicos dentro destes ambientes são de uma relevância muito maior do que muitos historiadores compreendem. Notamos no presente trabalho que a ação pública desta história entra em evidência e tende a pôr em xeque a posição do historiador como o interlocutor deste conhecimento

ABSTRACT: With the great use of social media in the dissemination of information, we can understand that history in its broadest sense is present in this debate. Public combat within these environments is of far greater relevance than many historians realize. We note in the present work that the public action of this history comes into evidence and tends to call into question the historian's position as the interlocutor of this knowledge.

Palavras-chave: Combates, História Pública, Historiadores, Diálogos públicos.

Keywords: Combats, Public History, Historians, Public Dialogues.

INTRODUÇÃO

Durante esses anos de pandemia de COVID19, ficou evidenciado que o profissionalismo docente foi colocado em xeque. Nos perguntávamos se era possível que o professor historiador conseguisse produzir conteúdo de qualidade que atraísse a atenção de seus alunos num cenário tão caótico. Nossas indagações se tratariam das questões de linguagens ou do caráter escrito da História? Seriam as práticas docentes que se encontram ultrapassadas diante desta imensidão tecnológica? Fazendo um breve parênteses aqui, será que a escola nos permitiu atualizar nossos métodos com tecnologias inclusivas e de comunicação? E além disto, será que o Governo Federal incentivou os profissionais da educação a usarem as Tecnologias

¹Graduado em História na Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Tema de dissertação: O papel do Historiador no Universo Digital do YouTube- Quanto valem os likes?. Email para contato: danielfsilva22@gmail.com;

²Graduado em Comunicação Social pela Universidade de Uberaba. Graduando 7º período em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Residente do Programa Institucional Residência Pedagógica UFTM; Revista Horizontes Históricos [online] / São Cristóvão (SE), vol. 5, n. 2, ago./2022 – dez./2022. ISSN 2596-0377. <https://seer.ufs.br/index.php/HORIZONTES/issue/view/1095>

de Informação e Comunicação? Essas são as questões motivadoras do presente artigo que desenvolvemos a seguir.

EM HISTORIADORES E A BUSCA DE RESPOSTAS E INCENTIVOS

As respostas para algumas destas questões são mais complexas, pois antecedem o surgimento desta pandemia. Tecnologias no ambiente escolar foram censuradas nas últimas décadas. É compreensível que a escola, entre 1990 a 2016, as enxergasse como uma provocação no ambiente escolar, sob o risco da necessidade de disputa pela atenção dos discentes no decorrer desses anos.

Com os sistemas de notas e frequências que foram incorporados pelas secretarias de educação, o professor, independente da disciplina, se viu forçado a utilizar o ciberespaço, visto a existência de várias gerações de docentes que lecionam em formato analógico, isto é, acostumados ao papel e à caneta como única ferramenta.

Esse surgimento é descrito por Bovo e Pinheiro (2019), pontuam exatamente como devemos interpretar esse espaço virtual:

[...] a internet se configurava como um novo espaço de interação coletiva e experimentações, responsável pela produção de uma nova onda de descontextualização para a criação do conhecimento, colocando frente a frente humanos de várias partes do mundo com a cultura e a história dos demais pontos do globo. (BOVO; PINHEIRO, 2019, p.117).

Essa imensidão de conteúdos colocados frente a frente às pessoas possibilitam que o professor não possua o monopólio do conhecimento, assim como era nos períodos anteriores ao surgimento da internet.

O HISTORIADOR NAS REDES SOCIAIS E AS FAKE NEWS

Cremos que o que provoca medo e incertezas e boa parte de nós professores historiadores são as falsas notícias e errôneas compreensões da historiografia, ou seja, as propagações das famosas Fake News, mas porquê abordarmos essa ótica? Por que os professores de história principalmente têm que enfrentar tamanhos desafios dados a essa imensidão de informações nas redes sociais, sobretudo, dos materiais produzidos nestes locais? Para apresentar uma resposta a essa questão, temos que compreender o que Bruno Leal apresenta como uma necessidade de ocupação do espaço público, ou seja, dos ambientes de produção e recepção de informações em rede.

A presença dos historiadores nas redes sociais na Internet é ainda mais desejável porque esses espaços são frequentemente inundados por conteúdos de história de má

qualidade, incompletos, imprecisos, errôneos e até mesmo mal-intencionados. Ocupar estes espaços com editores comprometidos com a circulação e a recepção responsável do saber histórico é fundamental para combater a entropia que ameaça boa parte da Internet. (DE CARVALHO, 2016, p.43)

Mas, o porque o professor deve estar inserido nas redes sociais?

É válido salientar que muitos dos professores mais antigos não têm tanta familiaridade com os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, mas precisa ocupar esse lugar de fala, ou estar preparado para os questionamentos levantados dentro dos espaços virtuais. É certo que as redes sociais são um excelente meio de divulgação e através desses ambientes também se pode estabelecer um sistema de colaboração, isto é, compreendemos que não é somente na sala de aula que o aluno é visto como uma “folha em branco”, mas que muitos veem a sociedade como afastada do conhecimento científico. Esse ambiente de colaboração é proposto, por exemplo, não somente no Facebook ou Instagram, mas no Youtube, que constrói um debate acerca de seu papel, como cultura participativa.

Qual o papel do historiador? ele precisa produzir material digital? Devemos recordar que ele está inserido nas escolas e instituições públicas que, muitas vezes, mal possuem um laboratório de informática. A omissão de tecnologias na escola e a escassez de profissionais no ambiente virtual corroboram ainda mais para o conflito. Devido ao desinteresse e a propagação de materiais duvidosos, o ambiente virtual precisa de profissionais capacitados para evitar discursos apresentados como verdades absolutas e com cunho político e ideológico.

Silva e Silva (2017) pontuam sobre essa desigualdade e a falta desses equipamentos em projeção ao que os professores devem executar perante a BNCC.

Igualmente grave é que a adoção destas tecnologias se dá de forma desigual também em conformidade com a classe social a que pertence o aluno. Sendo assim, mesmo que queira adotar novas mídias na produção do ensino, o professor pouco pode fazer contra as limitações de recursos: se há computadores, não há internet, se há os dois, o uso é restringido, o deslocamento dos alunos até as salas de informática é problemático, o cronograma do plano de ensino deve ser cumprido, então não se pode “perder tempo”. (SILVA e SILVA. 2017, p. 271).

Podemos refletir que dificuldade se dá pela inflexibilidade para os professores em relação à LDB (Lei de Diretrizes Básicas), BNCC (Fundação Nacional Comum do Currículo) e PNE (Plano Nacional de Educação) que estabelecem as diretrizes principais que regem aquilo que os professores precisam trabalhar, relegando outros tópicos na sala de aula ao lugar de “temas sensíveis”.

Entretanto, podemos salientar o que Ferrari fala sobre o trabalho com esses temas, ao exemplo das relações de gênero.

Desta forma, seguindo um entendimento presente no próprio documento de que se trata de “arranjo possível” e que não deve ser tomado como “modelo

obrigatório”, a BNCC se coloca como um convite aos professores e professoras para, a partir dela, pensar o que falta e, portanto, o que pode ser incluído. (FERRARI, 2021, p. 154)

Essa abertura para trabalhar nas brechas deixadas pelas leis de regulamentação permite aos alunos mais curiosos procurarem e verem vídeos em plataformas de streamings, ou de sites, que, embora seja muito uma iniciativa positiva, também fortalece a não confiabilidade destes, onde retoma-se o diálogo proposto por Bruno Leal acima. Isto é, permite que sejam suscetíveis ao conhecimento que pode ser um duvidoso sobre as abordagens que alguns *Youtubers*, jornalistas e/ou influenciadores digitais propagam como conhecimento sem, muitas vezes, embasamento teórico e metodológico.

Vemos surgindo no Brasil uma série de materiais que buscam tratar as *Fakes News* como um problema e isto se deve a diversos eventos políticos. Além disso, elas têm se tornado, na era da informação, um mecanismo de propaganda política, que serve para ser ostensivo em relação a outros candidatos, como também uma forma de se defender de críticas, afirmando que tudo aquilo que diz contra a pessoa, é mentira.

Cabe, portanto, refletir sobre o papel da história nas redes sociais, de como suas mudanças nos encastelaram tal ponto que permitiu o conhecimento ser aprisionado dentro da academia. Carvalho acrescenta algo sobre o papel do historiador dentro do universo das Redes Sociais:

Em terceiro lugar, as redes sociais na Internet interessam aos historiadores porque elas são um dos fenômenos históricos mais importantes da história da comunicação e da história contemporânea. E como fenômeno histórico, constitutivo da experiência dos homens no tempo e no espaço, podem e devem ser tomadas como objeto de estudo do historiador. A importância dessas estruturas sociais é bastante evidente. As atividades básicas de nossas vidas pessoal e profissional passam hoje pelas redes sociais na Internet. (DE CARVALHO, 2016, p. 43)

Portanto, compreendemos que a necessidade de ocupação dos espaços públicos da história é reconhecer que a internet também é um mecanismo de obtenção de informação para as pessoas. Nessa ótica, precisamos capturar a necessidade de publicizar a história, ou seja, construir uma história que tenha a participação dos públicos, com os públicos e para esses públicos, como assim salienta Bruno Lontra Fagundes:

A opção será a de advogar mais a defesa de uma História pelo público, mas com a participação do historiador, entendendo como o passado é transformado em história, e considerar como o historiador pode se compor, ou colaborar com outros públicos para que façam suas histórias (FAGUNDES, 2011, p.57)

O que Fagundes pontua é algo muito importante, todavia, temos que evidenciar o construto da história e como as pessoas o evidenciam. O reconhecimento do que é história.

Muitos pensam que estudantes e professores de história são somente professores, mas, compreendemos que o historiador é pesquisador, escritor e também professor.

As questões levantadas por Olivier Dumoulin sobre o papel social do historiador (2017), reitera essa perspectiva de que o profissional da História não é somente o magistério, e sim, compreender que os debates públicos da História criaram um novo ramo para o profissional.

O "mestre" e o "cientista", O "professor" e o "escritor", "nosso alto ensino" "nossos grandes corpos científicos". O historiador, segundo Monod, reúne as três disposições da ciência, do ensino e da escrita. E Jules Zeller recebe honras por ter prestado aos estudos históricos serviços que não devem ser esquecidos, como professor e como escritor" 325 Esse ideal, que se tornaria clássico entre todos, já foi proclamado pelo necrológio fundador de Waitz.

Professor, escritor, cientista e mestre, Gabriel Monod já disse tudo sobre essa aliança quando Ernest Lavisse, com maior nitidez, atribui um objetivo comum ao cientista e ao professor; formar cidadãos para a nação. (DUMOULIN, 2017, p.167)

A HISTÓRIA COMO CONSTRUÇÃO E SEUS PÚBLICOS

Diante disto, a história porta um sentido político desde o batismo, pois é na modernidade que o debate sobre história emerge e se configura como ciência somente no século XIX. De tal forma, o processo de institucionalização da ciência acontece no Brasil junto aos incentivos de pesquisa através da formação de uma identidade nacional brasileira, por meio de instrumentos como o IHGB assim como Barbato pontua:

Desta maneira, podemos concluir que a identidade nacional brasileira surgiu em um momento no qual se fazia necessária a criação de elementos de união, visto a situação política na qual o Brasil se encontrava, à beira do colapso político. Em um mundo cada vez mais dividido entre nações, competindo entre si na disputa por um lugar no mundo, está unido e apresentar uma coesão nacional era elemento fundamental. Desta maneira, mais do que mostrar as belezas de um país tropical, o projeto oitocentista de dar uma cara ao Brasil significava também sua própria existência. (BARBATO, 2014. p. 13)

Desse contexto, emerge um ensino de história fundado na reprodução dos símbolos pátrios para a construção de uma identidade nacional. Contudo, a globalização retirou, nos processos de transnacionalização, parte do sentido que continha ensinar história como reprodução do ufanismo.

Dito isso, é necessária a compreensão de que o tempo histórico em que se vive é um tempo em que a cultura apresenta apropriações históricas por meio de imagens de diversas formas, como também que os celulares permitem o alcance de informações e é nesse cenário que o ensino de história e a política devem ser pensados. Na sociedade do espetáculo, a imagem intermedia as relações sociais de tal forma que elas se tornam parte da sociabilidade (materialidade), assim sendo, essa sociedade cria muitas imagens e as reproduz rapidamente, de tal modo que uma notícia falsa circula com muita intensidade.

A integração social de crianças e jovens ocorre como sua incorporação ao mundo capitalista, como consumidores, desde a mais tenra infância à idade adulta. O contato precoce com os meios e os produtos da indústria cultural, sobretudo a televisão, com o lazer e o entretenimento comerciais asseguram a intimidade com as mais diversas mercadorias e com as relações de compra, venda e consumo que as acompanham. A importância da televisão vincula-se à sua especificidade como meio de informação traduzida em sua eficiência como anunciante onipresente de todo tipo de mercadoria. A televisão, como qualquer outro produto técnico e a tecnologia em geral, traz em si as características da sociedade que a criou. (PAZ, 2011. p. 104)

Por conseguinte, entram nas salas de aulas alunos portadores de muitas concepções e apropriações temporais sobre a história, junto de muitas notícias falsas sobre esses tempos históricos. E se o modo como o aluno se apresenta é dessa forma, como o professor pode lidar com a tênue relação entre história e política na sala de aula?

Em meio ao novo cenário imposto pela crise sanitária, ambiente ao qual nunca estivemos com tanta necessidade de adequações e atualizações de todas as formas de relacionamento. Sempre ouvimos que as redes sociais e demais espaços da Web poderiam assumir realidades que outrora eram praticadas de uma maneira analógica.

Ao compreendermos a importância do ensino de história e suas relações temporais como objeto de reflexão e aprendizagem histórica, nota-se que nas décadas que sucederam formação da disciplina no quesito escolar a mesma passou a vivenciar uma série de transformações e adequações. O projeto da história é ligado à formação de cada país como Estado-Nação. Especificamente no Brasil, existiu um projeto de construção artística e de escrita historiográfica que visava se elaborar um mito de memória nacional a partir da formação da república, o que pode ser exemplificado com a semana da arte moderna de 22.

Nesta aurora de sua designação como disciplina, a história compreendia-se pela necessidade de formar uma identidade nacional, na qual os indivíduos eram conectados pela história, língua e políticas em comum, praticando assim o civismo, para poder reformular o sentido pátrio da escola, assim como salienta Cerri.

A reação de muitas professoras primárias é reforçar a "hora cívica" semanal, porque, sem saber quem são os próceres, quais são as datas cívicas que devemos guardar e, finalmente, as orações cívicas cantadas, ou Seja', os hinos, parece ser impossível termos um cidadão brasileiro. (CERRI, 2011, pág. 106)

Compreendemos assim que, no início da sua instauração e estruturação como disciplina, possibilitou a incumbência pátria aos docentes da disciplina, os quais, muitas vezes, são os mais críticos do processo de civismo, portanto, notamos neste ponto a estrutura tradicional da formação desses alunos que vivenciaram essas compreensões da sua formação crítica. Neste pensamento sobre o civismo evidenciamos a formação do professor de história, que em quantidades significativas foram formados em estudos sociais.

Em meio a essa atualização constante práticas de ensino [...] e as mutações da história provocadas pela Nova História, mas, e acima de tudo, os desdobramentos sobre o papel e o lugar social do historiador, tendo que “justificar a necessidade e a urgência de seu trabalho. (FAGUNDES,2020, Pág.40).

As afirmações de Fagundes em 2020 contemplam as preocupações dos nossos docentes em universidades que lecionam práticas de pesquisas, didática e ensino de história. Não se trata de apenas de o trato com as fontes, ou em prática em pesquisa, mas como ele reitera em seu artigo:

A reflexão sobre a produção, quer dizer, a metodologia, insistiu sempre mais no inventário, na classificação, e no tratamento das fontes do que na construção do discurso. Ora, a passagem do livro especializado ao filme e à emissão televisionada exige que se repense a relação existente entre o trabalho profissional da investigação (também ele modificado) e a representação historiográfica. Há que se indagar também a respeito da “encenação” da História, no momento em que se multiplicam as suas possibilidades e em que ela se inscreve mais manifestamente como uma variante dentro do campo mais vasto do espetáculo. Em que medida é histórica uma representação literária ou filmada? Como é o discurso? histórico, é um espetáculo específico? (FAGUNDES,2020, Pág.41)

Entretanto, o compartilhamento das informações e experiências dentro do universo da sala de aula não comporta esse ensino da disciplina, pois ela levanta questões muito mais intensas, às quais provocam o pensamento sobre as coisas em convívio social, os famosos: quando? por que? onde? e o que isso causou?

As práticas de uma educação onde os aparatos tecnológicos eram vistos como algo a ser podado, e sem dúvidas, em grande parte dos docentes que não possuíam habilidades para tais ferramentas, proibiam o uso destas tecnologias no ambiente acadêmico. Assim, vemos um grandioso empecilho no desenvolvimento dos alunos em meio a todo o contexto que se dá nas últimas décadas, onde, as redes de comunicação mais utilizadas e mais práticas para compartilhar informações são proibidos dentro do ambiente de aprendizagem.

Por esse motivo, pensamos na ampliação que a história em seu âmbito digital possibilitou, provocando assim a complexidade de relações interpessoais, virtuais e compartilhadas em forma mais rápida e mais prática do que a simples leitura de um livro em sala de aula, jornais ou em caráter biográfico. Ao refletirmos a respeito dos avanços na área da educação nos deparamos com as Tecnologias de Informação e Comunicação, que por sua vez, aprimoram-se através dos conteúdos produzidos pela academia. Podemos indagar que, a base para a migração ao ciberespaço, possibilita uma aplicação no acesso a mecanismos da educação, seja ela básica ou superior.

A história digital remodelou a documentação do historiador e os instrumentos usados para seu acesso, para armazená-la e tratá-la, sem que, todavia, o uso crítico desses

instrumentos – que não são assépticos na relação entre o historiador e as fontes digitais. (NOIRET, 2015, pág.29).

Assim, trazemos a discussão sobre o que seria essa nova história digital, uma vez que, a história como disciplina no Brasil foi formulada para ser uma representação do civismo, que hora tentava reafirmar o patriotismo, outra, tentava reformular a identidade nacional e que agora ganha uma nova roupagem o meio “digital” ou “público”

Sendo assim, começaremos a trabalhar com o cerne do público. A história pública, assim como complementa Almeida e Rovai, é o ato de democratizar essa historiografia a públicos menos acadêmicos, isto é, é o ato de permitir uma interação com o mundo fora da universidade e da escola. Fagundes (2020, p.43) afirma que a história digital permite com que o conteúdo seja produzido por não acadêmicos, mas ressalta que as discussões de História Pública vêm valorizando o conhecimento acadêmico de história.

A dimensão do Público é abordada com a seguinte frase “História vista de baixo”. Ressaltamos aqui o caráter colaborativo desse campo, visto que trabalha com as compreensões culturais, linguísticas e aspectos da sociedade, não excluindo os públicos que a história comporta, mas os tornando protagonistas destes ambientes.

Por esse motivo, com uma nova pluralização de materiais, o historiador é forçado a se “atualizar” para utilizar a linguagem do ciberespaço, fazendo um “upgrade” em suas formas de ensinar, pesquisar e expor a história. “A história digital requer reescrever e reinterpretar os métodos profissionais e dominar as novas práticas digitalizadas” (NOIRET, 2013).” Esse desafio do meio digital está presente na interpretação de Noiret que salienta:

Estes estudiosos interpretam a “virada digital” e a “história digital” partindo de uma reflexão sobre as mudanças no ofício de historiador tradicional. A abordagem não é nem otimista nem pessimista, mas sim a de quem quer entender as mudanças tecnológicas à luz de um positivismo crítico. (NOIRET, 2015, pág.30)

Compreendemos que a virada digital ou a afirmação da história pública digital possibilitam uma abordagem mais abrangente do ensinar a história para outros públicos. Como já mencionado, pelo fato das proibições de uso de equipamentos tecnológicos dentro do advento da sala de aula, ocorre que os professores não migrassem suas demandas para a Web, tornando cada vez mais difícil o professor competir com as redes sociais e todos os aparatos tecnológicos disponíveis em rede como afirma Bergmann e Sans em seu livro “Sala de aula invertida”

Os alunos de hoje crescem com acesso à internet, YouTube, Facebook, MySpace e a muitos outros recursos digitais. Em geral, podem ser vistos fazendo os exercícios de matemática enquanto enviam mensagens de texto, postam e curtem no Facebook e ouvem música, tudo ao mesmo tempo. Muitos desses estudantes relatam que quando chegam à escola precisam se desconectar e emburrecer, já que as escolas proíbem telefones celulares, iPods e quaisquer outros dispositivos digitais. O mais triste é o fato de que a maioria dos alunos carrega consigo dispositivos de computação mais

poderosos do que grande parte dos computadores existentes em nossas escolas sub financiadas – e ainda não lhes permitimos explorar esses recursos, que são naturalmente parte de seu dia a dia. (BERGMANN; SAMS, 2016, p. 18)

Retomamos um dos conceitos desta sala de aula invertida é a proposta das autoridades compartilhadas, salientados por Bovo e Pinheiro (2019) .

Sintetizamos como história pública aquilo que Miriam Hermeto definiu como uma “história na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é fundamental, reconhecendo a importância do papel do público em sua construção” (Hermeto, 2018, p. 153). Diante de uma sociedade que questiona a legitimidade de suas instituições de ensino, a noção de “autoridade compartilhada” parece fundamental para que haja uma aproximação dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula com o interesse do aluno, bem como em sua relação com a memória e a história de sua comunidade. (BOVO e PINHEIRO 2019, p.116).

Essa autoridade é compreendida como o professor não sendo o detentor de todo conhecimento e sim alguém que possui um conhecimento a mais que seus alunos. É muito importante, ao iniciar um tema, buscar entender com o que os alunos compreendem, o que eles já sabem sobre determinado assunto, assim parafraseando Paulo Freire, o aluno não é uma página em branco, mas sim, alguém que já traz consigo uma bagagem social e comportamental do seu convívio em comunidade e familiar.

Com essa expressão “temas sensíveis” podemos notar que boa parte dos estudiosos, e dos que exploram as plataformas de streaming como Youtube, utilizam da busca na cultura pop para provocarem a curiosidade das pessoas, mas não se toca em assuntos tidos como delicados e polêmicos, ainda mais nessa onda conservadora que predomina desde 2018.

A utilização dos meios midiáticos para a propagação da história não acadêmica é algo que vem se explorando e ganhando seu cerne com grande intensidade no período que vivenciamos da pandemia, ao qual, grande parte dos professores utilizam de meios virtuais para complementação das atividades, compreensões e afirmações simplificadas no que diz respeito a sala de aula. Escosteguy Filho, acrescenta:

[...], não apenas para ampliação e modificação das formas cotidianas de interação social, mas também para a expansão de espaços de discussão pública na contemporaneidade, assim como para a produção de interpretações sobre a sociedade – políticas, culturais, econômicas, mas também, e fundamentalmente para este trabalho, históricas. (ESCOSTEGUY FILHO, 2019, p. 43).

O uso do ciberespaço possibilita uma ampliação do conhecimento sobre diversos temas, dos quais podemos destacar alguns da autoria do Laboratório de História Pública da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que, desenvolve análises de filmes e temas contemporâneos nos seus podcasts.

CONSTRUÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE HISTÓRIA PÚBLICA

Desde setembro de 2020, o Lab. Histórico (Laboratório de História Pública UFTM) é um projeto de extensão orientado pelo professor doutor Marcelo de Souza Silva, que surgiu a partir da disciplina de História Pública e ensino de história ministrada em 2020 no período suplementar emergencial.

O Lab. foi um produto prático da disciplina, que contava com quatro alunos, os quais montaram um blog. Ao decorrer do término da disciplina eletiva, seus membros decidiram prosseguir com a construção deste portal, uma vez que compreenderam as ampliações e as aplicações da história pública dentro de sua formação docente.

O projeto foi vinculado à Universidade Federal no mês de maio de 2021, onde tornou-se o projeto de extensão Laboratório de História Pública, que não se tratava mais apenas de um blog, neste momento era um portal de conteúdos acadêmicos voltados para a sala de aula e professores. Esses conteúdos baseiam-se na elaboração de textos de reflexão, análises de filmes e podcasts e a construção do Lab.Cast, o podcast do laboratório.

Antes de compreendermos as produções do laboratório e de outros portais de história pública temos que entender de início o que é um Podcast. Primeiramente no seu sentido mais popular um Podcast pode ser interpretado como um programa de rádio disponível na internet, embora seja mais fácil compreender essa definição, vale ressaltar o que os professores Marcelo de Souza Silva e César Agenor Fernandes da Silva acrescentam em seu artigo “A divulgação científica em História por meio de Podcasts: possibilidades de educação histórica pela internet”.

[...] Podcasts são arquivos de áudio que tratam de diversos temas e são disponibilizados em páginas da rede. As temáticas são muito variadas e atendem a nichos de público igualmente diversos, abordando assuntos relacionados a cinema, videogames, música, política, humor, culinária, idiomas, tecnologia, esportes, direito, curiosidades, economia, crônicas do cotidiano, ciências, história, entre tantos outros. (SILVA e SILVA, 2017, pág.257.)

Por se tratar de um arquivo de áudio, o podcast se torna um meio de comunicação palatável, que tem por finalidade promover a discussão e compreensões dos mais diversos sentidos e “nichos”. podemos citar o episódio número 2 do LabCast: “O coronel, o Lampião e o Purgatório”, uma produção analítica do filme “Auto da Compadecida (2000), onde os interlocutores do diálogo apontam as características presentes do coronelismo (movimento político datado com práticas dos anos de 1889 com a proclamação da república e até a década de 30), nos perguntamos se existe alguma herança do coronelismo ainda em pleno século XXI. Outro ponto analisado da produção é movimento do banditismo no nordeste brasileiro com seus personagens icônicos Lampião (1898-1938) e Maria Bonita (1910-1938), suas práticas e grandiosas influências no meio de personalidades como Padre Cícero (1844-1934) e a

influência religiosa trazida pelos portugueses às terras brasileiras, em especial no nordeste brasileiro, como já citado a presença do “Padim Ciço”.

O ensino de história, pode e deve ocupar estes espaços de interação virtuais e promover o conhecimento histórico, baseado nas pesquisas e produções acadêmicas que tem reconhecimento.

Em seu quadro de entrevistas, especificamente no episódio 7 “A Ameaça Comunista”, o diálogo apresenta as análises da discussão sobre a existência desta ameaça, onde vemos que, o medo perpassa as gerações, mesmo que não haja mais uma grandiosa potência no regime comunista. Vemos essas compreensões no livro “Em guarda contra o perigo vermelho”.

“No momento em que o comunismo passou a ser percebido como um perigo sério para a Igreja ele também começou a ser anatematizado como “cria de Satanás”, do mesmo modo que a Reforma ou o perigo turco em outras eras” [...] “parecem producto da phantasia de Lúcifer e seus meios de combate não poderiam ser piores se fossem forçados nas officinas do inferno” (MOTTA, 2019, pág. 73)

Notamos que as afirmações de um perigo comunista na nossa atualidade, vendo este como uma ameaça iminente que, por sua vez, irá destruir a família tradicional brasileira, não passam de indagações vagas, pois ao expormos ao áudio do podcast, podemos compreender que não houve tentativas efetivas de comunismo no nosso país e que, desde a ditadura militar, esse discurso é utilizado para a demonização de pensamentos não conservadores, tornando-os excluídos por não compactuarem com a tradição e serem abertos a diversidade, social, étnica, e religiosa.

Entretanto, no episódio 8, que aborda a segunda temporada da obra de Ficção da Netflix “The Umbrella Academy”, notamos algumas questões como o racismo na década de 60, a busca por direitos civis, homossexualidade e novamente a ameaça comunista.

“Os dois presidentes entusiasticamente comprometeram o país com uma guerra sangrenta no Vietnã e levaram o mundo à beira do precipício do aniquilamento nuclear, numa desastrosa tentativa de conter o crescimento do comunismo. Amparados pelas mudanças demográficas e econômicas do período, essas políticas sociais e militares temerárias e o fracasso em resolver antigos problemas sociais, como o racismo, provocaram uma explosão de diversos movimentos sociais – por direitos civis, paz, liberdade sexual e cultural – que contestaram bravamente as definições estabelecidas de progresso, liberdade e cidadania” (KARNAL, et al, 2011, pág. 221).

Assim, como afirma no trecho acima, podemos notar que as diversas manifestações sociais, o movimento dos direitos civis e a busca por igualdades que transcenderam os anos de Kennedy como presidente, foram precursores de uma política igualitária, motivando a ficção a abordar as teorias conspiratórias na série. Ao que diz respeito ao episódio, a entrevista com Marcos Sorrilha Pinheiro, corroborou para a elaboração conceitual das compreensões de todos os momentos presentes na segunda temporada.

No que diz respeito a segregação racial estadunidense dos anos 60, a série *The Umbrella Academy* aborda a temática com a personagem Alisson. A partir da elaboração do roteiro para a gravação do podcast, assim como as pesquisas sobre a temática e a análise crítica da produção audiovisual, entendemos que aproximando-se aos anos de 1876 foram aprovadas um conjunto de leis estaduais, intituladas de leis de Jim Crow, que tinham como objetivo políticas públicas segregacionistas para afro-americanos e outras etnias, tais como asiáticos e latino-americanos, as quais deixavam estes grupos étnicos em uma posição de desvantagem social, visto que os direitos eleitorais eram proibidos, os casamentos interracialis eram restritos. Também foram estabelecidas legislações que determinavam instalações separadas para brancos e negros, assim como filas, ônibus e restaurantes segregados. Em decorrência das políticas segregacionistas a comunidade negra cada vez mais sofria com a marginalização e o movimento migratório para os guetos, sofriam com o desemprego, a violência e o constante crescimento da população negra encarcerada.

As décadas de 50 e 60 nos Estados Unidos foram marcadas pela ânsia da luta pelos Direitos Civis da população afro-americana, carregando nomes importantes nessa revolução como Rosa Parks, Martin Luther King Jr, Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras. No que diz respeito ao episódio de podcast elaborado pelo Laboratório de História Pública com participação do professor Drº Marcos Sorrilha, foi discutida a temática a partir das representações da personagem Alisson como uma mulher negra ativista antissegregacionista e o movimento coletivo do qual faz parte, apresentando aspectos semelhante aos que eram desenvolvidos pelo espírito de liderança de Luther King.

Ao nos depararmos com outras produções de podcast, podemos notar que existe um número considerável de programas que falam sobre as temáticas sensíveis, como escravidão, racismo e a ditadura militar. O programa *Fronteiras no Tempo* dos professores Cesar Agenor e Marcelo Silva, produziram um episódio de nome “Os mitos da Escravidão”, onde abordaram a temática que essa perpassa desde a colonização e seus reflexos até a atualidade. Já o *História em meia hora*, aborda de maneira objetiva o Nazismo e o Holocausto Brasileiro.

Portanto, podemos compreender que a inclusão dessas novas práticas e tecnologias na educação permitem com que possamos desempenhar um papel mais assertivo das pesquisas e meios de propagação do conhecimento e, dentro destes espaços escolares, compartilhar uma série de materiais complementares para que o aluno também por si próprio busque compreender e aprender com outros meios de comunicação para além da lousa e o pincel.

Assim como grandes professores da escola básica se reinventaram dentro deste universo para poder completar todo o arsenal histórico ou de outra matéria, outros docentes não

possuem tal destreza com os meios de comunicação e as tecnologias, mas utilizam-se desses materiais que já foram produzidos e atualizam suas práticas.

O questionamento proposto até esse momento aborda a possibilidade de o professor desempenhar um papel de protagonista na produção de conteúdos midiáticos dentro das escolas. É possível a construção de um grupo ou laboratório de história pública nas instituições públicas de nosso país? Apresentamos neste artigo as dificuldades e os motivos que nos provocam inquietação, principalmente em relação ao negacionismo da história, e é claro, a sua tentativa de reescrita por parte de pessoas que se sente no direito de tentar mascarar as mazelas da sociedade brasileira.

Como parte dessas reflexões podemos apontar também que nossos alunos do ensino básico e médio estão envolvidos neste ambiente social e, por muitas vezes, desejam e nos provocam a produzir atividades avaliativas diversificadas. Lembrando que as gerações vindouras estão cada vez mais integradas às novas tecnologias de informação e comunicação, sendo necessário que o ensino de História acompanhe esse movimento.

CONCLUSÃO

Portanto, compreendemos que esses debates e embates públicos nos possibilitam uma compreensão melhor não somente sobre o papel do professor, mas também do historiador. A presença do Professor Historiador dentro da escola é essencial para que tanto o aluno quanto o profissional sejam motivados a continuar suas vivências de pesquisa e desenvolvimento científico dentro do ensino básico, sabendo que existem muros a serem derrubados e portas a serem abertas.

Faço um adendo aqui partindo da ótica pessoal. Recordo-me de meus professores de ensino fundamental, Sonia da Silva Falcão e Carlos Roberto, ela professora de Língua Portuguesa e ele de História, os quais, na tentativa de provocar uma compreensão sobre como a literatura e a história poderiam se entrelaçar (hoje, compreendo que existe um ramo da história abordando essa temática, seja o estudo da história da arte ou a história intelectual) provocaram suas turmas de 9º ano do ensino Fundamental da Escola Municipal Rui Palmeira na cidade de São Miguel dos Campos, no ano de 2011, a criarem peças teatrais em formato de curtas metragens, na área de Língua Portuguesa uma obra de literatura e na história uma abordagem sobre a Era Vargas no Brasil. Com isso, pontuo aqui que, não é somente olhar sobre as dificuldades que o ensino público proporciona, mas, acima de tudo, compreender que vale usar as ferramentas que possuímos para uma construção de algo que possa mudar o pensamento crítico de alunos, e que, assim, possam enxergar o mundo de uma maneira mais apurada.

O cerne de tudo isso é, portanto, a compreensão do papel do historiador, requisitado a ocupar seus espaços no mundo virtual. A virtualidade assusta, provoca receio e grandes desafios, mas é indispensável que combatamos os revisionismos e as reescritas da história. Por fim, podemos definir a história pública como o ato de democratizar o acesso à informação e aos conteúdos de pesquisa de uma forma mais tangível e que possibilite a compreensão fora das escritas floridas, simplificando a linguagem sem perder o crivo da teoria e metodologia da história.

REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à história pública**. Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia. **História pública**: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v. 27, p. 1-10, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874921_28c0558a70f3bfff19db4e06ecf30156.pdf

BARBATO, Luis Fernando Tosta et al. **Brasil, um país tropical**= o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889). 2011.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, v. 114, 2016.

BOVO, C. R.; PINHEIRO, M. S. **História pública e virtualidade**: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de história. Revista História Hoje, v. 8, n. 16, p. 113–134, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/567>; Acesso em: Agosto de 2021;

BURGESS, J.; GREEN, J. **YouTube e a Revolução Digital**. São Paulo: Aleph Publicações e Assessoria Pedagógica Ltda, 2009.

CERRI, L. F. **Um lugar na história para a didática da história**. História & Ensino, Londrina, v. 23, n. 1m p. 11-30, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/28192> Acesso em: 01 de junho de 2022;

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. **Conhecimento histórico do historiador e outros conhecimentos históricos**. Revista Canoa do Tempo, v. 12, n. 01, p. 39-65, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/7145 Acesso em: 08 de Novembro de 2021;

FREIRE, Paulo. Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. In: **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017. p. 95-101.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. Contexto, 2011. Disponível em : <https://bds.unb.br/handle/123456789/903> Acesso em: 15 de maio de 2021;

LABCAST 01: O coronel, o lampião e o purgatório. Locutores: Daniel Ferreira, Laís Oliveira, Mariana Fresneda e Maria Júlia Pimenta , [S. l.]: Anchor, 30 junho de 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4wEOjT8XZbjh3gBJbinbLB?si=5a10512b6ac849b6>. Acesso em: 28 janeiro de 2022;

LABCAST 07: A Ameaça Comunista Entre Gerações. Entrevistados: Marcus Oliveira e Clayton Romano. Locutores :Daniel Ferreira, Laís Oliveira e João Pedro Passos, [S. l.]: Anchor, 30 junho de 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4wEOjT8XZbjh3gBJbinbLB?si=5a10512b6ac849b6>. Acesso em: 28 janeiro de 2022.

LABCAST 08: Década de 60 em The Umbrella Academy. Entrevistado: Marcos Sorrilha Pinheiro. Locutores: Daniel Ferreira, Mariana Fresneda, Pedro K. Costa e Ygor Demiciano, [S. l.]: Anchor, 28 de julho de 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4oBq0pKCrkCdpTgBEMSPQR?si=c442d42a216b4b8c>. Acesso em: 28 janeiro de 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; PATTO, Rodrigo. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NETFLIX, **The Umbrella Academy**, 2º Temporada, 2020;

NOIRET, Serge (et al). **História Pública Digital** | Digital Public History. Liinc em Revista, v. 11, n. 1, 28 maio 2015. Disponível em: <http://elea.unisa.it/handle/10556/4997> Acesso em: 25 de outubro de 2021.

SILVA, Marcelo de Souza; SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. **A divulgação científica em história por meio de podcasts**: possibilidades de educação histórica pela internet. In: LARA, Renata Marcelle; CAMARGO, Hertz Wendel de (org.). **Conexões**: mídia, cultura e sociedade. Londrina: Syntagma Editores, 2017, p.257-285 Disponível em: <http://fronteirasnotempo.com/a-divulgacao-cientifica-em-historia-por-meio-de-podcasts-possibilidades-de-educacao-historica-pela-internet/> Acesso em: 30 de setembro de 2021;

SUASSUNA, Ariano. Auto da Compadecida. Rio de Janeiro: Agir, 2001;

DE CARVALHO, Bruno Leal Pastor. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. Revista Transversos, v. 7, n. 7, p. 35-53, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25602> Acesso em: 12 de março de 2021;

FERRARI, Anderson. **As relações de gênero na BNCC de História**: da ausência à resistência. Volume 9, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/download/2291/611#page=152> Acesso em: 01 de abril de 2021;